

AS DIVISAS ESCRITAS DA “IMPERIAL VILLA DE TUCANO”: ESTUDO TOPONÍMICO DE DOCUMENTO OITOCENTISTA

Bárbara Bezerra de Santana PEREIRA

Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise de quatro topônimos encontrados em uma ata do primeiro livro de registros da Câmara Municipal de Tucano, cidade localizada no interior do estado da Bahia. Esse documento encontra-se datado do dia 26 de maio de 1837, quando a cidade era denominada de Villa Imperial. Para a realização da análise proposta, nos amparamos em preceitos filológicos ao editarmos, através de parâmetros semidiplomáticos, a ata acima citada. A partir da edição, selecionamos e classificamos os topônimos de acordo com as categorias taxionômicas de Dick (1990). Através deste trabalho buscamos evidenciar a estreita relação entre Filologia e Toponímia, apresentando as interseções entre essas ciências.

ABSTRACT

The current work presents the analysis of four toponyms found in a minute book of the Common Hall's first book of records in Tucano – a city in Bahia state. This manuscript dates from May 26, 1837, when the city was called Vila Imperial. To perform the analysis of the mentioned minute book, we drew upon philological precepts to edit, using semi diplomatic parameters. Through the edition, we selected and classified the toponyms according to Dick's taxonomic categories (1990). With this, we seek to point out the strait relation between Philology and Toponymy, presenting the intersections between these sciences.

PALAVRAS-CHAVE

Ata. Filologia. Toponímia.

KEYWORDS

Minute. Philology. Toponymy.

Introdução

Dia 26 de maio de 1837, a recém instituída Villa Imperial de Tucano assiste à segunda sessão de sua Câmara Municipal, na qual são explicitados os limites geográficos entre as comarcas e vilas daquela região do sertão baiano. Esses limites foram delimitados e decretados pela Assembleia Provincial e sancionados por Francisco de Sousa Paraizo, o então presidente da Província da Bahia. Encontramos tais informações nos fólios 3, 4 e 5 do primeiro livro de registros da Câmara, escrito entre os anos de 1837 a 1876. Nomes de vilas, comarcas, freguesias, fazendas, rios e riachos são generosamente citados nessas três páginas do documento. Com essas informações, pudemos analisar a realidade toponímica da época e traçar um paralelo com a realidade atual.

A partir dos fac-símiles e seguindo critérios previamente selecionados, realizamos uma edição semidiplomática do documento. Posteriormente, amparados nas categorias taxionômicas de Dick (1990), destacamos e analisamos quatro topônimos através de fichas lexicográfico-toponímicas.

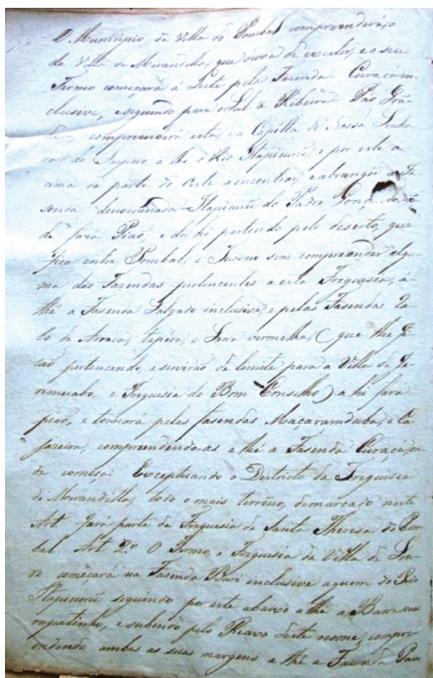
Ao analisamos os objetos de estudo das ciências filológica e toponímica, a saber, o texto e o topônimo, percebemos o quanto essas duas áreas do conhecimento se aproximam e dialogam.

1. Foco Filológico

“Amor à palavra” ou “amor ao texto” é o conteúdo etimológico do termo Filologia. Essa ciência, que possui como principal objetivo a restituição do texto, é uma das bases teóricas do presente trabalho. Preparar e apresentar um material confiável são duas das principais funções dessa ciência. Partindo de uma edição filológica cuidadosa, podemos realizar análises de diversos aspectos de um *corpus*. A edição aqui escolhida foi a semidiplomática (também conhecida como paleográfica, diplomático-interpretativa ou paradiplomática). Por possuir um grau mediano de intervenção do editor, essa edição condiz com os objetivos para uma posterior análise linguística do texto. Sendo assim, destacamos como principais critérios: respeitar a grafia do texto no que tange letras e algarismos; desdobrar as abreviaturas, apontando-as em itálico; separar as palavras unidas e unir das separadas; respeitar os sinais diacríticos e a pontuação; usar a *crux desperationes* nas passagens ilegíveis [†] e usar colchetes nas interpolações [].

Como *corpus*, escolhemos a segunda ata do livro de registros da Câmara Municipal da cidade de Tucano, mais precisamente a ata da sessão do dia 26 de maio de 1837, com ao todo 3 fólios (3 recto e verso, 4 recto e verso, 5 recto e verso). Esta escolha se deu pelo fato de estarem descritas nestes fólios as divisas geográficas da então “Vila Imperial de Tucano”. Em outras palavras, nessas páginas encontramos vários topônimos, que são o objeto linguístico analisado neste trabalho. A maior parte dos lexemas analisados encontra-se entre a primeira linha do fólio 3 verso à vigésima quinta linha do fólio 4 recto. Vejamos o fac-símile seguido da edição semidiplomática do fólio 3 verso:

FIGURA 1: Fólio 3 verso



Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores de Tucano

Fotografia: Bárbara Bezerra de Santana Pereira

O Município da Villa do Pombal compreenderá, o | da Villa de Mirandella, que deixa de existir, e o seu | Termo começará á Leste pela Fazenda Curaçá in- | clusive, e seguindo para o Sul á Ribeira – Páo Grã- | de-, compreenderá esta, e a Capélla de Nossa Senho- | ra do Amparo athé o Rio Itapicurú, e por este á- | cima da parte do Oeste a encontrar, e abrangêr a Fa- | senda, denominada – Itapicurú do Padre Gonç[al]lo õ | de fará Piaõ, e dahi partindo pelo deserto, que | fica entre Pombal, e Tucano sem compreender algu- | ma das Fasendas pertencentes a esta Freguesia, á- | thé a Fasenda Salgado inclusive, e pelas Fasendas Ra- | bo de Arraia, tapéra, e Serra vermelha, (que lhe fi- | caõ pertencendo, e servirão de limite para a Villa de Je- | remuabo, e Freguesia do Bom Conselho) ahi fará | piaõ, e tomará pelas fasendas Maçaramduba, a Ca- | jazeira, compreendendo-as athé a Fasenda Curaça, on- | de começa

Exceptuando o Desticto da Freguesia | de Mirandélla, todo o mais terrêno, demarcado neste | Artigo fará parte da Freguesia de Santa Theresa do Pom- | bal. Artigo 2º O Termo, e Freguesia da Villa de Sou- | re começará na Fasenda Buri inclusive aquem do Rio | Itapicurú seguindo por este abaixo até a Barra car- | rapatinho, e subindo pelo Riixo deste nome compre- | endendo ambas as suas margens até a Fazenda Paia-

A partir dessa edição, passamos à análise linguística do léxico toponímico. Para tanto, trazemos um breve comentário acerca desses estudos.

2. Foco Toponímico

O vocábulo Toponímia provém da junção dos radicais gregos: *tòpos* “lugar” e *onoma* “nome”. Segundo Dick (1990:19), é uma “[...] disciplina antiga, cuja significação começou a se delinear a partir do momento em que os núcleos humanos se distribuíram distintamente, em porções territoriais delimitadas, impondo-se a identificação das regiões que se iam ocupando [...]”. Essa observação já evidencia o caráter histórico, social e cultural que perpassa essa ciência. Atualmente a Toponímia é considerada uma disciplina completa no que tange aos seus aparatos teórico-metodológicos e seu objeto de estudo – o topônimo.

Em 1931, ao tratar do conteúdo relativo à Toponímia Portuguesa, na segunda parte de seu *Opúsculo: Onomatologia Volume III*, Leite de Vasconcellos divide a análise dessa ciência no que ele denomina “três secções maiores”, são elas: os nomes de lugar, modos de formação toponímica e categorias de nomes. A primeira seção aborda a classificação dos topônimos por línguas, a segunda faz um levantamento dos fatos gramaticais que mais ocorrem no léxico toponímico português e a terceira traz as relações entre os topônimos e suas prováveis origens motivadas. Ao exemplificar, destaca os nomes que provêm da

hidrografia, da agricultura, da caça, fauna, flora, religiões, entre outros. Essa motivação originária alicerça uma das principais características do topônimo: ser um signo motivado. Com a palavra, Dick (1990:38):

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, **marcando-o duplamente**: o que era **arbitrário**, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente **motivado**, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (Grifos da autora).

Segundo essa autora, há o chamado “duplo aspecto da motivação toponímica”: a intencionalidade do denominador e a origem semântica da denominação. Levando em consideração esse aspecto, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, em sua tese de doutoramento, formula um modelo de classificação dos topônimos brasileiros, baseando-se nas prováveis motivações existentes para cada topônimo. Essas classificações são apresentadas em 27 taxionomias, divididas em dois grupos, as de natureza física e antopocultural.

Passando para o *corpus* em estudo, levantamos ao todo 34 topônimos, não considerando as repetições. Esses lexemas abrangem tanto nomes de acidentes físicos (rio e riacho), como os chamados acidentes humanos (província, município, vila, comarca, freguesia e fazenda). Após realizarmos o levantamento dos topônimos presentes na ata analisada, partimos para a classificação de acordo com as taxionomias de Dick (1990). Dentre os topônimos de natureza física, temos as seguintes classificações: Fitotopônimos - Buri, Cajazeira, Jeremoabo

e Maçaranduba; Geomorfotopônimos – Bahia, Baixa Grande, Barra Carrapatinho, Monte Santo e Serra Vermelha; Hidrotopônimos - Agoa Fria e Alagoinhas; Litotopônimos - Itapicuru e Itapicuru do Padre Gonçalo; Zootopônimos -Imnhambupe, Soure e Tucano. No que tange aos topônimos de natureza antropocultural, temos as seguintes taxes: Animotopônimos - Bom Conselho, Contendas e Salgado; Antropotopônimo - Pombal; Axiotopônimos - Conde e Dona Maria; Dirrematotopônimos – Mirandella; Ecotopônimos - Abadia e Mucambo; Ergotopônimo -Tanque; Etnotopônimo - Paiaiaá; Hierotopônimo - Curaçá; Hagiotopônimos - Santa Anna, Santa Theresa do Pombal e Santo Antonio do Tucano; Poliotopônimo - Tapera; Somatotopônimos - Coração de Jesus do Monte Santo e Rabo de Arraia.

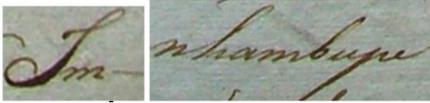
Dos 34 topônimos acima apresentados, selecionamos 4 para analisarmos de uma forma mais aprofundada, através da fichas lexicográfico-toponímicas. Vejamos:

Conde

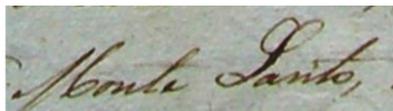
| | |
|--|---|
|  | |
| TOPÔNIMO: Conde | |
| AH: Vila | |
| TAXIONOMIA: Axiotopônimo | |
| ETIMOLOGIA: * sm. ‘título de nobreza’ XIII. Do lat.cōmes – ĩtis cond ADO XVIII condESSA XIII. Do lat. Tardio comĩtissa. ** ETIM lat. comes, ĩtis ‘companheiro’[...] s XIVcōde, s XV quonde. | FUNTE: *Cunha(1999, **Houaiss (2001). |
| ENTRADA LEXICAL: Conde | |

| HISTÓRICO ENCICLOPÉDICAS: | / | INFORMAÇÕES | FONTE: |
|--|---|--|--|
| <p>* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 018 (Entre-Rios), criado pela Portaria de 24.11.1806, e instalado em 17.12.1806, com sede no povoado de Itapicuru de Baixo, recebendo o nome de Vila de Nossa Senhora do Conde do Itapicuru da Praia. Pela Lei Estadual nº 889, de 10.06.1912, a sede municipal foi transferida para o arraial de Esplanada, conservando, porém, o nome original. Extinto juntamente com Vila Rica (atual Crisópolis) pelos Dec. Leis Estaduais nº 7.455, de 23.06.1931, e nº 7.499, de 08.07.1931, passou a fazer parte do Município de Esplanada. Foi restaurado pelo Dec. nº 9.662, de 10.08.1935, e reinstalada a 30 do mesmo mês e ano, com sede no povoado de Ribeira do Conde. Pelo Dec. Estadual, nº 9.673, de 13.08.1935, recebeu o território do distrito de Cajueiro (atual Acajutiba) do extinto município de Vila Rica, e que passou, assim, a compor o município de Esplanada. Recebeu foros de cidade por força do Dec. Lei Estadual nº 10.724, de 30.03.1938.</p> | | | <p>*Falcão (2001); ** IBGE (Censo 2010).</p> |
| <p>** População: 23.620</p> | | <p>Área da unidade territorial (Km²): 964,673</p> | |
| | | <p>Densidade demográfica (hab/Km²): 24,48</p> | |
| | | <p>Gentílico:condense</p> | |
| CONTEXTO: | | | |
| <p>“2º A Comarca de Im- / nhambupe compreenderá a da Villa do seu nome, / a de Agoa Fria, e a do Conde.” (Fólio 4r, Linhas 23 a 25)</p> | | | |
| <p>OBS: De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1958, p. 185), o topônimo “Conde” possui a seguinte explicação: “Em 17 de dezembro de 1806, foi[...], elevada à categoria de vila [...] com a denominação de vila do Conde, sede do município de igual nome, nessa mesma data criado, em cumprimento das ordens do Conde de Arcos de cujo título lhe veio a denominação.”</p> | | | |

Inhambupe

| | |
|---|--|
|  | |
| TOPÔNIMO: Imnhambupe | |
| AH: Vila | |
| TAXIONOMIA: Zootopônimo | |
| <p>ETIMOLOGIA:</p> <p>* corr. <i>Ynhambú-pe</i>, nas perdizes. Bahia. V. <i>Inhambú</i>, <i>Inambú</i> (corr. <i>Y-nhã-bú</i>, a que corre a prumo, ou se levanta a prumo, a perdiz)</p> <p>** Cidade da Bahia; provável alt. de inhambupé, o nome da perdiz que aparece nos dicionários de Tupi com diferentes grafias: <i>inhapupé</i>, <i>nhuãpupé</i>, porém seu verdadeiro nome tupi deve ser, sem dúvida, <i>inambupeba</i>.</p> <p>*** Palavra indígena composta de <i>inhambu</i> (perdiz) + <i>pe</i> (caminho), significando “o caminho da perdiz”.</p> | <p>FONTE:</p> <p>* Sampaio (1987), ** Tibiriçá (1985), *** Falcão (2001).</p> |
| ENTRADA LEXICAL: Imnhambupe | |
| <p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:</p> <p>* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano) MRG 017 (Alagoinhas), desmembrado do Município de Água Fria pela Provisão Real de 26.06.1801, com o nome de Vila do Espírito Santo de Inhambupe de Cima, instalada aos 13.03.1802. O núcleo original em torno do qual desenvolveu-se o município era chamado de Alto da Gameleira e foi elevado à condição de vila pela resolução de 24.04.1727, subordinada a Água Fria. Recebeu foros de cidade em virtude da Lei Estadual nº 134, de 06.08.1896. O distrito foi criado com a denominação de Divino Espírito Santo do Inhambupe pelo Alvará Régio de 11.04.1718.</p> <p>** População: 36.306 Área da unidade territorial (Km²): 1.222,580 Densidade demográfica (hab/Km²): 29,70 Gentílico: inhambupense</p> | <p>FONTE:</p> <p>*Falcão (2001); ** IBGE (Censo 2010).</p> |

Monte Santo



TOPÔNIMO: Monte Santo

AH: Vila

TAXIONOMIA: Geomorfortopônimo

ETIMOLOGIA:

* sm. 'elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia' 'porção, acervo, ajuntamento' XIII. Do lat. *mons mōtis*.
* adj, sm. 'sagrado' 'que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina' 'segundo a tradição judaico cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina' XIII. Do lat. *sanctus, -a, -um*.

** Do lat. *mons motis*, 'monte, montanha'.

** ETIM lat. *sanctus, -a, -um* 'que tem caráter sagrado, augusto, venerado, inviolável, respeitável.

FONTE:

*Cunha
(1999,
**Houaiss
(2001),

ENTRADA LEXICAL: Monte Santo

HISTÓRICO / INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

* Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 014 (Euclides da Cunha), desmembrado do município de Itapicuru de Cima (atual Itapicuru) pela Lei Provincial nº 51, de 21.03.1837, instalado a 15 de agosto do mesmo ano com o nome de Coração de Jesus do Monte Santo, posteriormente reduzido para Monte Santo. O município teve origem no lugar Piquaracá ou Pico Araçá, onde o capuchinho Frei Apolônio Toddi esteve em 1755 para realizar uma missão e conforme conta no final "houve uma procissão e penitência ao cume do monte ali existente, onde foi levantado um cruzeiro.

FONTE:

*Falcão
(2001);
** IBGE
(2010).

À proporção que subiam a escarpa, iam os fiéis plantando cruzeiros de madeira a espaços regulares e na seguinte ordem: a primeira dedicada às almas, as sete seguintes representando as dores de Nossa Senhora, e as quatorze restantes lembrando os sofrimentos de Jesus”. Atualmente existem, em lugar das cruzeiros, capelas de alvenaria contendo painéis dos passos do martírio de Jesus. Conta Frei Apolônio que um furacão atemorizou os fiéis durante a procissão, mas as preces do piedoso frade fizeram abrandar a tempestade, o que considerou um milagre. Ao chegar ao cume, uma nuvem luminosa e mostrou aos fiéis e precedeu a procissão pairando sobre o lugar onde se acha edificada a capela de Nossa Senhora das Dores. A partir desse dia a serra de Piquaraçá passou a denominar-se Monte Santo. Diz o relato de Frei Apolônio que apareceu um arco-íris na direção das cruzeiros e outro sobre o lugar onde está a capela de Nossa Senhora das Dores. O fenômeno teve tal repercussão que fez-se construir o caminho do santuário, por onde atualmente os romeiros levam a efeito as suas peregrinações. A capela foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1788 com o nome de santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição do Monte Santo. Recebeu foros de cidade pela Lei Estadual nº 2.192, de 25.07.1929.

** População: 52.338

Área da unidade territorial (Km²): 3.186,872

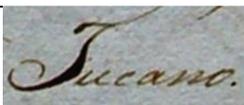
Densidade demográfica (hab/Km²): 16,42

Gentílico: monte-santense

CONTEXTO:

“A Comarca de Itapicurú com-/ preenderá á Villa de seo nome, e a de Soure, a de- / Jeremuabo, a de Monte Santo, a de Pombal, a do Tu- / cano, e a da Abadia. [...]” (Fólio 4r, Linhas 20 a 23)

Tucano



TOPÔNIMO: Tucano / Vila Imperial de Tucano/ Imperial Vila de Tucano

AH: Vila

TAXIONOMIA: Zootopônimo / Etnotopônimo

ETIMOLOGIA:

* sm. ‘ave da fam. Dos ranfastídeos’ | 1587, *tucána* c 1584 | Do tupi *tu’kana*.

** ETNOL. 1 indígena pertencente a qualquer dos grupos tucanos.2 Família linguística betóia. 3 Língua dessa família, falada pelos tucanos, arapaços e miritis tapuias. 6 grupo indígena que habita no noroeste do Amazonas (Áreas indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I Médio Rio Negro II, Pari Cachoeira I, II, II; Taracuá, Uneixi, Yauareté I e II e Reserva Indígena do Balaio) (2782)

*** corr. *Tu-quã*, o bico que sobrepuja, o bico exagerado. Pode ser corrupção de *tu-can*, o bico ósseo. Batista Caetano. É nome de ave conhecida (*Rhamphastus*).

**** Cid. da Bahia; de tucano, conhecido pássaro (do tupi *tucaná*)

FONTE:

*Cunha (1999,
**Houaiss (2001),
*** Sampaio (1987),
**** Tibiriçá (1985).

ENTRADA LEXICAL: Tucano

HISTÓRICO / INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

*Município situado na MESO 04 (Nordeste Baiano), MRG 014 (Euclides da Cunha), desmembrado do município de Itapicuru pela lei provincial nº 51, de 21.03.1837, e instalado a 26 de maio do mesmo ano, com sede no arraial de igual nome, então elevado à categoria de vila com o título de Imperial Vila de Tucano. [...]

FONTE:

*Falcão (2001);
** IBGE (2010).

Em 1755 já era freguesia e distrito, com o nome de Santa Ana e Santo Antonio do Tucano, foi extinto por força dos Dec. Leis Estaduais nº 7.455 de 23 de junho, e nº 7.479, de 08 de julho, ambos de 1931, e teve o seu território incorporado ao de Cipó, criando-se em Tucano uma sub-prefeitura. Sendo restaurado pelo Dec. estadual nº 8.447, de 27.05.1933, desmembrando-se de Cipó e reinstalado em 24.06.1933. No território do município fica localizada a Instância Hidro-Mineral de Caldas do Jorro, criada pela Lei Estadual nº 2.007, de 14.12.1964.

** População: 52.418

Área da unidade territorial (Km²): 2.799,120

Densidade demográfica (hab/Km²): 18,73

Gentílico: tucanense

CONTEXTO:

“Há de Servir este livro / para as Sesoens da Camara Municipal / da Vila Imperial do Tucano [...]” (Fólio 1r, Linhas 1 à 3).

“ Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chris- / to de mil oitocentos e trinta e sete, aos vinte e se- / is dias do mêz de Maio do dito anno, nesta Im- / perial Villa do Tucano [...]” (Fólio 3r, Linhas 3 à 6).

OBS: A primeira vista, Tucano pode ser classificado um zootopônimo, se considerarmos que o que motivou esta denominação tenha sido a ave da família dos ranfastídeos. Outra possibilidade de classificação é como um etnotopônimo se considerarmos que a origem do nome provém da tribo indígena dos índios tucano. Porém, ao analisarmos as questões geográficas e históricas da região não encontramos argumentos precisos para alicerçar nenhuma destas duas hipóteses. Há uma terceira hipótese relacionada à questão de cunho fonético, porém não tivemos elementos fortes, sejam históricos, geográficos ou linguísticos, para classificar este nome de forma mais precisa. Como a análise deste trabalho parte do ponto de vista etimológico, escolhemos classificá-lo duplamente em zootopônimo e etnotopônimo.

3. Filologia e Toponímia: diálogos e aproximações

Ao realizarmos um trabalho dessa natureza, constatamos que a relação entre a Filologia e a Toponímia ultrapassa o simples fato de uma oferecer um *corpus* confiável para a análise da outra. Entre essas duas ciências há outros aspectos convergentes. O primeiro diz respeito ao poder de comunicação ao longo do tempo que tanto o texto escrito quanto o topônimo possuem. Dick (1990:21) observa que:

[...] os topônimos se apresentam [...] como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da identidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica.

Essa função do topônimo provém de uma característica que lhe é inerente: sua cristalização ao longo do tempo. Ao comparar a área toponímica com um sítio arqueológico, Carvalhinhos (2002/2003) ressalta que é possível reconstituir fatos sociais através da análise dos significados cristalizados dos topônimos, conseqüentemente, contribuir para estudos de outras áreas do conhecimento como a História, Geografia, Antropologia, etc. Esse aspecto corrobora a aproximação

com a Filologia, haja vista um texto filologicamente tratado servir como fonte de pesquisa para outras áreas do conhecimento, tais como as acima citadas.

Assim como a Filologia tem caráter transdisciplinar, vide sua relação com a Paleografia, a Codicologia, a História, a Linguística, entre outras, a Toponímia também traz em sua gênese a necessidade de se remeter a outras ciências, pois, para se realizar um estudo desta natureza, faz-se necessário recorrer a áreas como a Antropologia, Sociologia, História, Geografia, etc. Podemos perceber claramente esta característica através da seguinte observação: “A toponímia, portanto, atualmente, com orientações e perspectivas novas, é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia [...]” (DICK, 1992, p. II). E essas relações são o que podemos chamar de “mão dupla”, tanto a Toponímia e a Filologia utilizam estudos de outras áreas, como também oferecem contribuições para outras ciências.

Em outras palavras, tanto o texto escrito como o topônimo são portadores de importantes informações históricas, sociais, culturais, linguística...

Conclusão

Os objetos da Filologia e da Toponímia, bem como suas metodologias de trabalho, aproximam ainda mais essas duas áreas do conhecimento e fortalecem o estudo aqui apresentado.

Partindo de um *corpus* escrito, da primeira metade do século XIX, pudemos conhecer um pouco mais sobre a história social e cultural de uma pequena cidade do sertão baiano. A possibilidade de resgate histórico, através dos estudos toponímicos e filológicos, vem à tona. Ao longo dessa pesquisa, conseguimos enxergar com mais clareza a forte relação entre língua, história, cultura e sociedade.

Referências

CARVALHINHOS, Patrícia de J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal) **Revista USP**, São Paulo, n 56, p. 172-179, dez, fev. 2002-2003. Disponível em: < <http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2010

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. **Toponímia e antroponímia do Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

FALCÃO, Márlio F. Pelosi. **Pequeno dicionário toponímico da Bahia**. Fortaleza: Gráfica Santa Helena, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Vol. XX e XXI

_____. **Censo Demográfico de 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes aos municípios baianos, fornecidos em meio eletrônico. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 10 maio 2012

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Tomo II (Nomes próprios). Rio de Janeiro, 1952.

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. corrigida e aumentada. São Paulo: Editora Nacional, 1987

TIBIRIÇÁ, **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

VASCONCELLOS, J. Leite. **Opúsculos: Onomatologia**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. Vol. III

Recebido em 30/09/2016 e aceito em 06/12/2016.